



**PROCEDIMENTO
OPERACIONAL PADRÃO**

POP 013

INFORMAÇÕES GERAIS

OBJETO

Adicional de insalubridade

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Constituição Federal
Lei Complementar nº 122/1994
Lei Complementar nº 699/2022
Lei Complementar nº 700/2022

VERSÃO

Agosto/2025

ETAPAS

INSTRUÇÃO PROCESSUAL MÍNIMA

UNIDADE

1. Abertura de Processo SEI e juntada de requerimento assinado pelo servidor requerente.
2. Declaração de atividades do requerente, assinada pelo chefe imediato.
3. Despacho encaminhando o processo à Assessoria da Progep.

DEPARTAMENTO DO
REQUERENTE

4. Análise prévia da documentação anexada pelo requerente.
5. Despacho encaminhando o processo ao DC/Progep.

ASSESSORIA DA
PROGEP

6. Anexar ficha funcional e dossiê funcional do requerente.
7. Despacho encaminhando o processo à Progep.

DC/PROGEP

8. Ciência dos autos e despacho encaminhando o processo à Compape.

PROGEP

9. Laudo de Avaliação de Insalubridade.
10. Despacho sobre a existência de enquadramento legal para o recebimento do adicional de insalubridade e consequente devolução dos autos à Progep.

COMPAPE

11. Ciência do laudo emitido pela Compape.
12. Despacho encaminhando o processo ao DFP/Progep.

PROGEP

13. Anexar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.
14. Despacho encaminhando o processo à Proplan, para anexar a documentação orçamentária.

DFP/PROGEP

<p>15. Anexar a documentação orçamentária (LOA, declaração de adequação orçamentária, dotação orçamentária e pré-empenho).</p> <p>16. Despacho encaminhando o processo à Progep.</p>	<p>PROPLAN</p>
<p>17. Decisão acerca do pedido formulado pelo requerente.</p> <p>18. Anexar minuta de portaria concedendo o adicional de insalubridade.</p> <p>19. Despacho encaminhando o processo à Unidade de Controle Interno, para análise e manifestação.</p>	<p>PROGEP</p>
<p>20. Análise da documentação constante nos autos e emissão de Relatório de Conformidade sobre a concessão do adicional de insalubridade, com o conseqüente envio dos autos à Progep.</p>	<p>UCI</p>
<p>21. Ciência do Relatório de Conformidade e cumprimento de eventuais recomendações.</p> <p>22. Despacho encaminhando o processo à Chefia Gabinete da Reitoria.</p>	<p>PROGEP</p>
<p>23. Análise dos autos e, se for o caso, emissão de portaria concedendo o adicional de insalubridade, nos termos da minuta, com a conseqüente publicação no JOUERN.</p> <p>24. Despacho encaminhando o processo à DP/Progep.</p>	<p>REITORIA</p>
<p>25. Notificação do requerente acerca da concessão do adicional de insalubridade.</p> <p>26. Despacho encaminhando o processo ao DFP/Progep, para implantação e cálculo de eventuais valores retroativos.</p>	<p>DP/PROGEP</p>
<p>27. Implantação do adicional de insalubridade, nos termos da portaria de concessão, inclusive com eventuais retroativos do exercício atual.</p> <p>28. Cálculo de eventuais valores retroativos de exercícios anteriores.</p> <p>29. Despacho encaminhando o processo ao DC/Progep, para fins de atualização cadastral.</p>	<p>DFP/PROGEP</p>
<p>30. Atualizar os dados cadastrais do requerente.</p> <p>31. Despacho de arquivamento OU Despacho encaminhando o processo à DP/Progep, caso existam valores retroativos de exercícios anteriores.</p>	<p>DC/PROGEP</p>
<p>32. Notificação do requerente acerca do levantamento de cálculo do retroativo de exercícios anteriores.</p> <p>33. Anexar a resposta do requerente com a ciência e concordância em relação aos valores retroativos.</p> <p>34. Despacho encaminhando o processo à Chefia de Gabinete da Reitoria para possível homologação dos valores retroativos de exercícios anteriores.</p>	<p>DP/PROGEP</p>
<p>35. Decisão sobre a homologação dos cálculos elaborados pelo Departamento de Folha de Pagamento, com a conseqüente publicação no JOUERN.</p> <p>36. Despacho encaminhando o processo à Progep.</p>	<p>REITORIA</p>
<p>37. Ciência da decisão emitida pela Presidente da FUERN.</p> <p>38. Despacho encaminhando o processo à Proplan, para anexar a documentação orçamentária relativa aos valores retroativos de exercícios anteriores.</p>	<p>PROGEP</p>

<p>39. Anexar documentação orçamentária específica para o pagamento do retroativo dos exercícios anteriores (LOA, declaração de adequação orçamentária, dotação orçamentária, pré-empenho e empenho).</p> <p>40. Despacho encaminhando o processo à Unidade de Controle Interno, para análise e manifestação.</p>	PROPLAN
<p>41. Análise da documentação constante nos autos e emissão de Relatório de Conformidade sobre o pagamento do retroativo dos exercícios anteriores, com o consequente envio dos autos à Progep.</p>	UCI
<p>42. Ciência do Relatório de Conformidade e cumprimento de eventuais recomendações.</p> <p>43. Despacho encaminhando o processo à Dicont/Proplan para providências relativas ao pagamento da despesa.</p>	PROGEP
<p>44. Realizar a liquidação da despesa e anexar a Nota de Lançamento.</p> <p>45. Despacho encaminhando o processo à Assessoria da Proplan</p>	DICONT/PROPLAN
<p>46. Análise da documentação constante nos autos e encaminhamento ao Ordenador de Despesas para emissão da Ordem de Pagamento.</p>	ASSESSORIA DA PROPLAN
<p>47. Emissão da ordem de pagamento e encaminhamento à Difin/Proplan.</p>	PROPLAN
<p>48. Despacho encaminhando o processo ao DT/Proplan.</p>	DIFIN/PROPLAN
<p>49. Emissão da preparação de pagamento.</p> <p>50. Emissão da ordem bancária.</p> <p>51. Juntada do comprovante da preparação de pagamento.</p> <p>52. Despacho de arquivamento.</p>	DT/PROPLAN

CHECKLIST DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS

- Requerimento assinado pelo(a) servidor(a)
- Declaração de atividades assinada pelo chefe imediato do requerente
- Ficha funcional
- Laudo de Avaliação de Insalubridade
- Manifestação sobre a existência de enquadramento legal para o recebimento do adicional de insalubridade
- Estimativa do impacto orçamentário-financeiro
- Lei Orçamentária Anual
- Dotação Orçamentária
- Declaração de adequação orçamentária e financeira
- Pré-empenho
- Decisão acerca do pedido formulado
- Minuta de Portaria
- Relatório de Conformidade
- Portaria de concessão
- Publicação da portaria no JOUERN
- Notificação do requerente acerca da concessão

- Implantação
- Cálculo do retroativo de exercícios anteriores (se for o caso)
- Atualização dos dados cadastrais
- Despacho de arquivamento (caso não exista retroativo de exercícios anteriores)
- Notificação do requerente acerca do retroativo de exercícios anteriores (a partir deste item, apenas se existirem valores retroativos)
- Ciência e concordância do requerente em relação aos valores retroativos
- Homologação do cálculo dos valores retroativos de exercícios anteriores
- Publicação da homologação no JOUERN
- Lei Orçamentária Anual
- Dotação Orçamentária
- Declaração de adequação orçamentária e financeira
- Pré-empenho
- Empenho
- Relatório de Conformidade
- Nota de lançamento (Liquidação)
- Ordem de Pagamento
- Preparação de pagamento
- Ordem Bancária
- Comprovante da preparação de pagamento
- Despacho de arquivamento